

A Gente SIND FAZ Sindicato dos Servidores do Ministério da Fazenda no Paraná e Santa Catarina

ANO I - EDIÇÃO Nº 14 - MARÇO - ABRIL - MAIO /93



Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 743 - A - Centro
CEP 80510-040 Curitiba - Paraná
Fones: 225-2429 / 224-6783
225-7468 / 322-3322 - R. 470
Fax: (041) 225-7468

Curitiba/PR, 14 de maio de 1993.

TTN INICIAM O MOVIMENTO

Senhor Deputado,

Os Técnicos do Tesouro Nacional, num contingente de 7.499 servidores a nível nacional, todos exercendo atividades vitais na Secretaria da Receita Federal, deliberaram em Assembleia Nacional, com a participação de 26 Estados, pela deflagração de um movimento de greve - iniciado em 04/05/93 - tendo em vista o não atendimento dos pleitos constantes da seguinte pauta de reivindicações:

- 1) aumento da Retribuição Adicional Variável, específica da carreira de Auditoria do Tesouro Nacional, de 30% para 56% dos valores pagos aos fiscais federais (de acordo com a Lei de Isonomia nº 8460/92);
- 2) definição das atribuições do TTN de acordo com as atividades técnicas efetivamente já desempenhadas na prática;
- 3) plano de carreira com real implantação de instrumentos que viabilizem progressão funcional (o sistema de carreira é do Interesse do governo e a sua não implantação constitui uma das mais comprometedoras pendências do serviço público federal);
- 4) política salarial que possibilite a reposição das perdas inflacionárias;
- 5) vale-refeição nos moldes já implantados em outros Ministérios;
- 6) parcelamento do adiantamento de férias em 12 meses (procedimento este já adotado no Ministério da Previdência Social);
- 7) manutenção da estabilidade na revisão constitucional;
- 8) extensão da Gratificação de Atividade Executiva para a Carreira ATN, tendo em vista que a mesma foi concedida a outras carreiras organizadas, com a manutenção das suas gratificações específicas.

Esclarecemos que o movimento é uma lamentável consequência do esgotamento de várias tentativas de negociação com a Receita Federal e a próprio Ministério da Fazenda, cujas Administrações vêm protelando o atendimento de nossas reivindicações. Estranhamente, esses Administradores continuam insensíveis diante da infundável série de transtornos e prejuízos provocados pela greve dos Técnicos.

Esperamos que o nobre Parlamentar nos reserve o apoio e a compreensão costumeira em mais esta empreitada. Lutamos, sobretudo, pela recuperação da imagem perdida pela Receita Federal e por um Serviço Público Federal comprometido com a nossa sociedade.

JUSTIÇA E DIGNIDADE, URGENTE.
Cordialmente,
COMANDO REGIONAL DE GREVE DOS TTNs NO PARANÁ

SOS - PARANAGUÁ NÃO ERA BEM ASSIM

Na edição passada foi publicada uma matéria sobre a qual julgamos necessário certos esclarecimentos.

A cidade de Paranaguá está realmente em situação precária. Não temos, no porto, condições mínimas de realizar um bom trabalho. Não há meio de comunicação (rádio ou telefone) nem de locomoção. A 'salinha' que a Receita tem no porto é insuficiente, para não dizer ridícula. Mas tudo isso, são problemas a serem resolvidos pela Administração e quem a conhece sabe o quanto difícil a solução de qualquer problema.

Agora, o que vimos esclarecer aqui é que a matéria anterior fez referências negativas de forma generalizada, atingindo pessoas que na realidade não mereciam. Temos, é claro, como em todo lugar, pessoas que deixam muito a desejar. Mas temos também gente séria e competente, em todos os níveis e categorias. Por isso, pedimos aos colegas que tiveram contato com aquela matéria e que se enquadram na segunda opção acima, que se desconsiderem.

Temos hoje, dentro do MF, especialmente na Receita Federal, uma briga ridícula. Um classismo desmedido, movido por um orgulho inconsequente, que só faz dividir e enfraquecer nosso grupo forte por sua própria natureza e atividade. Inconsequentes porque está transformando a Receita em feudos. Só que, na realidade, não há aqui senhores feudais. Somos todos, ou disse todos, proletários, que dependemos de um salário ridículo. Não ridículo que vem desmantelando a RF, pois a cada dia que passa os bons profissionais vão saindo em busca de melhores opções, e o que é pior, muitos acabam enveredando para a corrupção.

Quando entendermos isso e optarmos pela concórdia, deixando, todos, um pouco de lado o egoísmo e a unilateralidade, pode ser que consigamos melhorar nossa situação. Recuperar nosso salário, nosso prestígio e a dignidade do servidor público deve ser a pedra de toque de qualquer atitude ou movimento.

José Augusto P. dos Santos
TTN - Paranaguá

SETOR PÚBLICO

SAF calcula que número de adesões à greve nacional chega a 300 mil servidores

A Secretaria de Administração Federal (SAF) já admitiu que a greve nacional dos servidores públicos federais é a maior dos últimos anos. Segundo dados da própria SAF, a paralisação já atingiu 300 mil de um total de 600 mil funcionários em atividade em todo o País.

Os trabalhadores do setor público federal reivindicam um aumento de 113% em maio, correspondente às perdas salariais nos cinco primeiros meses do ano, isonomia salarial entre os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, de vencimentos e gratificações, a definição de uma política salarial para a categoria e a liberação das contas nativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para os funcionários excelsitários.

A greve esvaziou os Ministérios da Fazenda, da Saúde, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da Agricultura. Além disso, a paralisação foi total em órgãos como a Inca, Funai, Ibama e LBA, que já estão em greve há uma semana. O ministro da Marinha, almirante Ivan Silveira Seppa, disse, no Rio,

que a greve "é um direito dos trabalhadores" assegurado pela Constituição. O ministro da Aeronáutica, Lélcio Vianna Lobo, disse ser a favor do reajuste, mesmo sem fixar em que índice.

No Poder Judiciário, a greve foi suspensa, mas existem ameaças de volta ao movimento na próxima terça-feira, quando serão realizadas assembleias em todos os Estados.

Para suspender o movimento, o governo já pensa em aumentar a Gratificação por Atividade Executiva (GAE) paga aos funcionários do Plano de Classificação e Cargo (PCC) de 80 para 160%, igualando com a Gratificação por Atividade Militar (GAM). Nessa segunda-feira, os ministros do Trabalho, da Fazenda, do Planejamento e da SAF deverão se reunir para definir os reajustes do funcionalismo.

Por Adriana Lins, de Brasília
GAZETA MERCANTIL - Sábado, 15, e segunda-feira, 17 de maio de 1993

SOS FAZENDÁRIOS



Os servidores do inexistente Plano de Classificação e Cargos - PCC -, em exercício em todos os órgãos do Ministério da Fazenda, tendo em vista o seu total abandono por parte da Administração, em Assembleias realizadas em todo o Brasil deliberaram pela deflagração de Greve a partir do dia 13/05/93, acompanhando assim o movimento do Conjunto dos Servidores Públicos Federais pelo não atendimento dos pleitos mínimos relacionados na seguinte pauta de reivindicações:

1. Plano de Carreira com efetiva implantação de instrumentos que viabilizem a progressão funcional. (O sistema de CARREIRAS é de interesse do Governo e a sua não implementação é uma das pendências mais comprometedoras do Serviço Público);
2. Política Salarial que possibilite a recuperação das perdas inflacionárias;
3. Aumento da GAE para 367%, nos moldes praticados pela Legislativa;
4. Parcelamento do adiantamento das férias em 12 meses (concedido aos servidores da Previdência);
5. Isonomia de vencimentos e condições de trabalho com os servidores dos outros Poderes da República;
6. Vale-Refeição na forma já implantada em

7. Recuperação de três referências para todos com o correto reposicionamento nas novas tabelas (previsão legal não observada pelo DP);
8. Reenquadramento do NA para NI dos cargos discriminados na última reclassificação (agentes de portaria, operacional, de telecomunicações, etc.);
9. Liberação do FGTS;
10. Manutenção da estabilidade na revisão constitucional.

Solicitamos que o movimento é uma triste consequência do esgotamento das várias formas de negociação feitas junto à Secretaria da Administração e ao próprio Ministério da Fazenda, cujos administradores protelam de forma odiosa e inconsequente o atendimento de reivindicações imprezíveis.

Esperamos contar com a compreensão e a colaboração de todos, pois o Serviço Público não suporta mais tantos descasos e irresponsabilidades de uma Administração comprometida por constantes falcatruas. Os interesses pessoais escusos não podem prevalecer e não aceitamos mais o estado de penúria em que se encontram os servidores de alguns setores do Governo.

Justiça e dignidade para todos.

PAUTA AFTN

- I - Inclusão dos juros de mora nas receitas do FUNRAV para pagamento da RAV;
- II - Aplicação dos recursos do FUNRAV no mercado financeiro para aumentar o montante a ser distribuído em cada mês com as receitas financeiras;
- III - Extensão da GEFA ou da outra gratificação em valor equivalente, mantida a RAV;
- IV - Que uma importância equivalente ao valor da RAV individual seja paga com recursos do Tesouro Nacional, sob qualquer denominação, mantida a RAV;
- V - Extensão da GAE pelo seu valor máximo;
- VI - Instituição de Gratificação complementar;
- VII - Aumentar o valor do vencimento básico; e
- VIII - RAV - eliminar o teto constante da Lei nº 8.477/92.